Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Concessionária Bahia Norte S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Bahia Norte S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

# Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

# Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



# Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

# Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 19 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1SP187402 O-4 "S" BA

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Girculante Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) Aplicações financeiras (Nota 7) Contas a receber (Nota 8) Adiantamentos a fornecedores Despesas antecipadas Tributos a recuperar e outros	2.374 57.978 3.910 142 727 495	1.700 3.594 418 624 668	Circulante Fornecedores (Nota 11) Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Debêntures (Nota 12) Tributos a recolher Obrigações sociais, trabalhistas e outros (Nota 13)	13.706 8.896 89 1.730 3.357	24.302 13.043 36.722 2.466 3.134
l	65.626	7.004		27.778	79.667
Não circulante Realizável a longo prazo Depósitos judiciais Fundos restritos (Nota 12 (iii)) Despesas antecipadas	2.363	2.654 12.419 1.169	Não circulante Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19 (a)) Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Debêntures (Nota 12)	2.473 476.591 37.815	2.033
Imobilizado (Nota 9) Intangível (Nota 10)	21.458 1.904 543.183	16.242 1.877 433.577	Patrimônio líquido (Nota 14) Capital social Prejuízos acumulados	510.879 115.000 (27.486)	312.609 90.000 (23.576)
Total do mises	566.545	451.696		87.514	66.424
I otal uo ativo	032.1/1	456.700	t otal do passivo e do patrimonio ilquido	032.171	458.700

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social

Operações continuadas	2013	2012
Receitas, líquidas (Nota 16)	225.112	044 771
Custo de construção (Nota 17 (a))	(136.619)	244.771
Custo de serviços prestados (Nota 17 (b))		(171.512)
custo de serviços prestados (Nota 17 (b))	(52.568)	(42.986)
Lucro bruto	35.925	30.273
Despesas (receitas) operacionais		
Honorários da administração (Nota 21)	(1.690)	(996)
Gerais e administrativas (Nota 18)	(13.996)	(14.111)
Outras receitas operacionais, líquidas		
operationals, inquitate	204	7
Lucro operacional	20.443	15.173
Resultado financeiro, líquido		
Resultado financeiro (Nota 20)	(23.913)	(15.587)
Prejuízo antes do imposto de renda		
e da contribuição social	(3.470)	(414)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19 (b))	(440)	(1.176)
	·	
Prejuízo do exercício	(3.910)	(1.590)
Prejuízo do exercício por ação do capital social (em R\$)	(0,04)	(0,02)

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

Total	56.014	12.000 (1.590)	66.424	25.000	87.514
Prejuízos acumulados	(21.986)	(1.590)	(23.576)	(3.910)	(27.486)
Capital social	78.000	12.000	90.000	25.000	115.000
5) 30 I					25
	Em 31 de dezembro de 2011	Aumento de capital (Nota 14) Prejuízo do exercício	Em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital (Nota 14) Prejuízo do exercício	Em 31 de dezembro de 2013
	Em 31 d	Aumer Prejuíz	Em 31 d	Aumer Prejuíz	Em 31 d

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.470)	(414)
Ajustes	(3.47 0)	(414)
Margem de construção		7947 85
Depreciação, amortização e outros	(1.380)	(1.733)
	22.953	13.141
Juros e variações monetárias, líquidas	21.240	14.493
Resultado na alienação de imobilizado	105	(11)
Variação dos ativos e passivos	39.448	25.476
Contas a receber	( )	
Adiantamentos a fornecedores	(316)	1.750
	277	1.011
Despesas antecipadas	208	(1.615)
Tributos a recuperar e outros	172	(541)
Obrigações sociais, trabalhistas e outros	225	601
Depósitos judiciais	255	(395)
Fornecedores	(10.596)	17.846
Tributos a recolher	(736)	1.045
Caixa líquido proveniente das operações	28.937	45.178
Juros pagos - empréstimos	(36.518)	(20.579)
Juros pagos - contas garantidas	(174)	(1.373)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(7.755)	23.226
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira	(56.182)	
Adições ao intangível	(119.722)	(155.239)
Adições ao imobilizado	(674)	(243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(176.578)	(155.482)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(0= 000)	(
Amortização de debêntures	(25.222)	(19.121)
Aumento de capital	(34.886)	1007.00
Adição ao fundo restrito	25.000	12.000
Captação de empréstimos	(5.503)	(3.577)
Emissão de debêntures	187.618	108.137
Emissão de debentures	38.000	34.700
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	185.007	132.139
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	674	(117)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.700	1.817
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.374	1.700
	2.3/4	1.,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstrações dos valores adicionados — Informações suplementares Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2013	2012
Receitas	232.065	249.045
T		
Insumos adquiridos de terceiros Custos gerais, materiais, energia e outros	(, 0 ()	
Serviços de terceiros e outros operacionais	(153.876)	(187.701)
serviços de terceiros e outros operacionais	(4.426)	(5.177)
	(158.302)	(192.878)
Valor adicionado bruto	73.763	56.167
Depreciação, amortização e outros	(22.953)	(13.141)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	50.810	43.026
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras	3.614	1.407
Valor adicionado total a distribuir	54.424	44.433
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	18.093	16.586
Remuneração direta	13.683	12.772
Beneficios	3.525	2.985
FGTS	885	829
Impostos, taxas e contribuições	11.828	11.791
Federais	6.955	7.793
Municipais	4.873	3.998
Remuneração de capitais de terceiros	28.413	17.646
Juros	27.528	16.411
Aluguéis	790	1.016
Doações e patrocínio	95	219
Remuneração de capitais próprios	(3.910)	(1.590)
Prejuízo do exercício	(3.910)	(1.590)
Valor adicionado distribuído	54.424	44.433

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 1 Informações Gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("Bahia Norte" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht TransPort Participações S.A.("OTPP") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR"), as quais possuem 50% de participação no capital social, respectivamente.

Em 30 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTPP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição de seu capital social. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht Transport S.A. ("OTP") passou a deter 50% do capital total da Companhia.

# 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 24 de janeiro 2014.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à apropriação da receita de serviços de construção, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações da provisão para imposto de renda e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível podem apresentar variações em relação aos resultados reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 além do prejuízo dos exercícios. Desta forma, as demonstrações do resultado abrangente não estão sendo apresentadas naqueles exercícios.

# 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6). Em 2012 havia saldo de conta garantida, o qual foi apresentado na rubrica de empréstimos e financiamentos.

# 2.3 Ativos financeiros

### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

# (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. "Aplicações financeiras", "Fundos restritos" (Notas 7 e 12).

# (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber" (Notas 6 e 8 respectivamente).

### 2.4 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados aos valores de custo e representam valores concedidos a fornecedores, para atender às cláusulas contratuais (Nota 10).

# 2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 40 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

# 2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

# 2.7 Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósito judicial realizado para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo o objeto mais significativo é área total de 3.839,39 m2 localizado na Rodovia Ba 526, km 11, bem como a ocupação e acessões.

# 2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

### 2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 9).

# 2.10 Intangível

# 2.10.1 Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão (25 anos), o que ocorrer primeiro (Nota 10).

# 2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 12).

### 2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota 11).

# 2.13 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

# 2.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

A Companhia não constitui imposto de renda e contribuição social ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma que vez, no atual estágio de suas operações, não possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos no montante de R\$ 2.473 (2012 - R\$ 2.033) (Nota 19), calculados sobre a margem de construção do ativo intangível da concessão, conforme ICPC 01, a alíquota de 34%.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada, ou não, dos preceitos atualmente disciplinados pela MP, não deverá produzir impactos relevantes na presente Demonstração Financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

### 2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as específicações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

# (i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

# 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

# (a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, os ativos financeiros. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, os ativos não financeiros.

# (b) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

# (c) Amortização do ativo intangível de infraestrutura

No entendimento da administração, o método linear é a melhor estimativa atual existente para amortização do ativo intangível de infraestrutura (Nota 10).

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco financeiro

# (a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

# (b) Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e fundo restrito, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

# (c) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante e não circulante, por se tratarem de contas garantidas e financiamentos bancários (Nota 12).

# 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	2013	2012
Montante total da dívida (Nota 12)	523.391	360.341
Menos Caixa e equivalente de caixa (Nota 6) Menos Aplicação financeira (Nota 7)	(2.374)	(1.700)
	(57.978)	1200000 100000 NO
Menos Fundo restrito (Nota 12 (iii))	(19.095)	(12.419)
Dívida líquida	443.944	346.222
Total do patrimônio líquido	87.514	66.424
Total do capital	531.458	412.646
Índice de alavancagem financeira (%)	84	84

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 5 Instrumentos financeiros por categoria

amontos imaneenos por eategoria		
	2013	2012
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	2.374	1.700
Aplicação Financeira	57.978	
Fundo restrito	19.095	12.419
Contas a receber	3.910	3.594
	83.357	17.713
Outros passivos financeiros		
	2013	2012
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	485.487	323.619
Debêntures	37.904	36.722
Fornecedores e outras obrigações	17.063	27.436
	540.454	387.777
Caixa e equivalentes de caixa		
	2013	2012
Aplicação financeira de liquidez imediata (i)		224
Fundo de troco	370	370
Bancos conta movimento	1.918	1.035
Numerário em trânsito	86	71
	2.374	1.700

<sup>(</sup>i) A Companhia mantinha aplicação de curto prazo, de alta liquidez, remunerada a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário), referente a recursos captados através da 1ª emissão de debêntures (nota 12).

# 7 Aplicação financeira

6

O valor de R\$ 57.978, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013, é referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento, o qual será utilizado para realização de investimentos em infraestrutura. Esta aplicação é mantida junto ao banco BNB e é remunerada a 99% do CDI.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 8 Contas a receber

	2013	2012
Centro de Gestão de Meios de Pagamento ("CGMP") (i)		2.520
PEX S.A. (ii)	3.093	
DB Trans S.A. (iii)	237	256
Outros	580	818
-	3.910	3.594

- (i) Contas a receber oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (ii) Contas a receber oriundas das transações de AVI representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos da empresa habilitada PEX S.A..
- (iii) Contas a receber oriundas das transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos da empresa habilitada DB Trans S.A.

# 9 Imobilizado

# (i) Composição

	1.00 m	2 2		2013	2012
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada		Líquido
Móveis e utensílios Computadores e periféricos Veículos Bens em trânsito	10% 20% 20%	598 2.172 153 480	(133) (1.328) (38) (1.499)	465 844 115 480	495 1.252 129 1

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# (ii) Movimentação do imobilizado

	2013	2012
Saldo no início do exercício	1.877	2.136
(+) Adição (-) Baixa	674 (56)	243
(-) Depreciação	(591)	(502)
Saldo no final do exercício	1.904	1.877

# 10 Intangível

# (i) Composição

	389 0 591 <del>-</del>			2013	2012
	Taxas anuais de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada		Líquido
Intangível em infraestrutura (a) Edificios e instalações Pavimentações e conservação especial Hardware equipamentos de pedágio Desapropriações Máquinas e equipamentos Veículos Meio ambiente e elementos de segurança	4,00 4,00 20,00 4,00 10,00 33,33 4,00	118.504 416.430 15.117 13.300 7.000 995 5.981	(11.827) (21.970) (2.482) (752) (1.806) (885)	106.677 394.460 12.635 12.548 5.194 110 5.981	114.403 277.270 11.394 8.323 5.792 407 3.448
	R <del></del>	577.327	(39.722)	537.605	421.037
Outros intangíveis Adiantamento a fornecedor (Nota 21) Softwares adquiridos de terceiros Marcas e patentes	20,00	5.367 250 45	(84)	5.367 166 45	12.333 162 45
	1.	5.662	(84)	5.578	12.540
	1	582.989	(39.806)	543.183	433-577

# (a) Contrato de concessão -Infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, é reconhecida no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear às taxas anuais de amortização.

No entendimento da administração, o método linear é a melhor estimativa atual existente para amortização do ativo intangível de infraestrutura.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# (ii) Movimentação do intangível

	2013	2012
Saldo no início do exercício	433-577	277.940
(+) Adição (-) Baixa	131.160 (49)	167.108
(-) Amortização	(21.505)	(11.471)
Saldo no final do exercício	543.183	433.577

# 11 Fornecedores

	2013	2012
Consórcio Sistema BA 093 Outros	9.406	20.895
	4.300	3.407
	13.706	24.302

O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 13.706 (2012 - R\$ 24.302) é composto substancialmente pelos montantes registrados em decorrência dos boletins de medição de obra do Consórcio Sistema BA 093, responsável pela construção do sistema rodoviário, formado pelas partes relacionadas, Construtora OAS Ltda. e Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO").

# 12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

# (i) Composição

×	Moeda	Encargos financeiros	2013	2012
Banco do Brasil - Conta garantida (i) Desenbahia – Agência de fomento 2º ciclo (ii)	R\$ R\$	127 % CDI TJLP + 3% a.a.	30.063	9.000
BNB - Contrato de financiamento 2º ciclo (iii) Debêntures (iv)	R\$ R\$	2,97 % a.a. DI + 2,5% a.a.	141.264 37.904	36.722
Desenbahia – Agência de fomento Desenbahia – Agência de fomento	R\$ R\$	TJLP + 3% a.a. 10% a.a.	14.908 30.278	15.264 30.278
BNB - Contrato de financiamento (v) BNB - Contrato de financiamento (vi)	R\$ R\$	10% a.a. TJLP + 4% a.a.	257.072 15.441	255.494 15.901
Custos de captação	R\$	-	(3.539)	(2.318)
(-) Circulante			523.391	360.341
450.00 (Fig. 1) (Fig. 1)		<u> </u>	(8.985)	(49.765)
Não circulante			514.406	310.576

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 23 de agosto de 2012, a Companhia obteve junto ao Banco do Brasil S.A. uma linha de crédito, modalidade crédito rotativo (conta garantida) no montante máximo de R\$ 10.000, acrescido de juros correspondentes a 127% do CDI ao ano e prazo de vencimento em 21 de agosto de 2013, com renovação automática. Até 31 de dezembro de 2013 não houve necessidade de complementar o capital de giro, não sendo utilizado o crédito rotativo.
- (ii) Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Desenbahia no valor de R\$ 30.000, que foi liberado em 27 de junho de 2013. O prazo do financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 3,00% ao ano + TJLP (taxa de juros de longo prazo).
- (iii) Em 12 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 188.435 que serão liberados em 6 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2013 foram liberadas 4 parcelas totalizando o montante de R\$141.080. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,97% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.
- (iv) Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 38.000 junto ao BNB, cuja liberação financeira ocorreu em 13 de maio de 2013. O prazo para pagamento é de 84 meses com, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,5% ao ano mais DI (depósito interbancário). O valor liberado na operação da segunda emissão de debêntures foi utilizado para liquidação da primeira emissão no montante de R\$ 35.000.
- (v) Em 10 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 254.139 (R\$ 2.933 de encargos financeiros em 31 de dezembro de 2013) que foram liberados em 8 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- (vi) Em 29 de abril de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 4% ao ano mais TJLP. Até 31 de dezembro de 2013 foram liquidados R\$ 204.

As garantias para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são, penhora de ação, suporte de acionista, direitos creditórios e emergentes.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# (ii) Prazos de vencimento

Os montantes não circulantes em 31 de dezembro têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013	2012
2014		5.282
2015	10.386	7.388
2016	18.185	8.276
2017	21.732	8.767
2018	25.272	9.289
2019	28.293	9.790
2020	22.146	10.510
2021 em diante	388.917	251.274
	514.931	310.576

# (iii) Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica de Fundos restritos no montante de R\$ 19.095 (31 de dezembro de 2012 R\$ 12.419) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB do 1º ciclo (Fundo de Amparo ao Trabalhador ("FAT") BNB, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") BNB e FNE Desembahia) e 2º ciclo (FNE BNB), conforme previsto no contrato firmado junto à instituição financeira. O fundo é remunerado entre 98% e 100% do CDI, com vencimento em 2031.

# 13 Obrigações sociais, trabalhistas e outros

	2013	2012
PLR	1.447	1.278
Provisão de férias	1.129	1.113
Outros	781	743
	3.357	3.134

# 14 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 90.000, representado por 90.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 45.000.000 ações subscritas e integralizadas pela acionista OTPP e 45.000.000 de ações subscritas e integradas pela Invepar.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais movimentações ocorridas nos exercícios de 2013 e 2012 podem ser assim sumarizadas:

- Em 8 de maio 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R\$ 4.000 passando de R\$ 78.000 para R\$ 82.000, mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista.
- Em 8 de agosto 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R\$ 8.000 passando de R\$ 82.000 para R\$ 90.000, mediante a emissão de 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista.
- Em 27 de fevereiro de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R\$ 25.000 passando de R\$ 90.000 para R\$ 115.000, mediante a emissão de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 115.000, representado por 115.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 57.500.000 ações subscritas e integralizadas pela acionista OTP e 57.500.000 de ações subscritas e integradas pela Invepar.

### 15 Contratos

# (a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia ("SEINFRA") e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA093, BA512, BA524, BA526 e BA535, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

A concessão, pelo prazo de 25 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na recuperação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do Sistema Rodoviário BA 093.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro de cascos da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas
- Duplicação
- Implantação de acostamento
- Implantação de passarelas para pedestres
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos
- Instalação de cabines de pedágio

# (b) Contrato de engenharia

Contrato firmado em 18 de agosto de 2010 tendo como contratada o Consórcio Sistema BA 093, constituído pelas empresas CNO e OAS, com objetivo a execução das obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivo dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos no contrato de concessão.

O valor global do contrato é de R\$ 576.631 e abrange os serviços e fornecimentos relacionados a execução das obras civis tendo por data base fevereiro de 2010. Até 31 de dezembro de 2013, foi investido o montante de R\$478.697.

### 16 Receitas

	2013	2012
Receita de construção (i)	137.999	173.245
Receitas de pedágio (ii)	93.162	77.103
Receitas acessórias	2.243	692
Outras		544
Impostos e contribuição sobre serviços	(8.292)	(6.813)
Receita líquida	225.112	244.771
- 100 700000 <b>A</b> 000000	223.112	

- (i) Para constituir o valor da receita de obras de infraestrutura, a Companhia utiliza como base, os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 Contratos de Concessão, na qual a Companhia deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo a receita medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, conforme orientação do CPC 17 Contratos de Construção e conforme descrito na Nota 2.15.
- (ii) Receita de pedágio oriunda de pagamentos efetuados pelos usuários.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17 Custos

# (a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 136.619 (em 2012 – R\$ 171.512) como custo de construção, sendo respectiva receita mensurada considerando uma margem de 1% (Nota 2.15 (i)).

# (b) Custo dos serviços prestados

	2013	2012
Custo de operação		
Custos com pessoal	12.561	12.783
Prestadores de serviços	12.172	11.875
Depreciação e amortização	21.466	11.455
Custos contratuais da concessão	3.370	3.343
Material, equipamentos e veículos	1.589	1.523
Gastos gerais	1.210	1.562
Outros custos operacionais	200	445
	52.568	42.986

# 18 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Despesas com pessoal	6.641	5.833
Prestadores de serviços	2.476	2.492
Gastos gerais e administrativos	4.879	5.786
	13.996	14.111

# 19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Os saldos do passivo diferido apresentam-se como segue:

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social sobre a receita e custo de construção (34%)	2.473	2.033
	2.473	2.033

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# (b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2013	2012
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.470)	(414)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	1.180	141
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões (adições) permanentes, líquidas Exclusão de imposto diferido sobre adições temporárias não constituído Exclusão de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituído (i)	(259) (525) (836)	(157) (866) (294)
Efeito de IR e CSLL no resultado	(440)	(1.176)
IR e CSLL diferidos	(440)	(1.176)
Total da despesa com IR e CSLL	(440)	(1.176)

<sup>(</sup>i) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2013 monta R\$ 26.573, sendo R\$ 2.461 gerados em 2013, é registrado quando há probabilidade de que lucro tributável futuro seja viável e na proporção em que as diferenças temporárias possam ser usadas. Anualmente, a Companhia avalia a probabilidade de ocorrência de lucro tributável e a consequente absorção de prejuízos fiscais.

# 20 Resultado financeiro, líquido

Receita financeira	2013	2012
Descontos obtidos	40	121
Rendimento de aplicação financeira	3.389	1034
Atualização monetária	149	252
	3.578	1407
Despesa financeira		(2.626.545.4544).
Juros de empréstimos	(24.172)	(15.600)
IOF	(521)	(580)
Juros passivos	(1.797)	3125 <del>-1</del> 440-12460
Outras despesas	(1.001)	(814)
	(27.491)	(16.994)
	(23.913)	(15.587)

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 21 Saldos e transações com partes relacionadas

operacional e civil, demonstrados a seguir:

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 13 (b)), firmado em 18 de agosto de 2010 junto à CNO e OAS.

A. Paris and A. Carrier and A. Carri	2013	2012
Ativo não circulante Adiantamento a fornecedor (Nota 10 (i))	5.367	12.333
Passivo circulante		
Fornecedor (i)	9.406	20.895
Resultado	2013	2012
17 (17 (17 (17 (17 (17 (17 (17 (17 (17		
Custo de construção (Nota 17)	(136.619)	(171.512)

 O saldo em 31 de dezembro de 2013, refere-se à prestação de serviços de engenharia do exercício, cujos pagamentos estão vinculados à liberação de financiamentos (Nota 12).

# Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia registrou o montante de R\$ 1.690 (31 de dezembro de 2012 R\$ 996), referente remuneração dos administradores.

### 22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui contratos junto ao Itaú S.A., Tokio Marine, Austral, Fator Seguradora S.A., e através da LTSEG Corretora e Administradora de Seguros Ltda., tendo a AGERBA como favorecida do seguro garantia e a Companhia os seguros de riscos de engenharia,

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil	abril/2014	20.000
Riscos operacionais	agosto/2014	35.000
Responsabilidade civil geral	agosto/2014	30.000
Seguro garantia	agosto/2014	44.717
Automóveis	janeiro/2014	110% tabela FIPE